

UNIVERSIDADE FEDERAL JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
ESPECIALIZAÇÃO EM FILOSOFIA, CULTURA E SOCIEDADE

Pâmela Cristina Rodrigues de Oliveira Pinto

A TEORIA DA LUTA DE CLASSES DE KARL MARX APLICADA À
EMANCIPAÇÃO FEMININA

Monografia de conclusão de curso da Especialização em Filosofia Cultura e Sociedade submetida ao Departamento de filosofia da Universidade Federal Juiz de fora – UFJF, para o grau de especialista em Filosofia, sob a orientação do Prof. Dr. Luciano Caldas Camerino.

2017

JUIZ DE FORA

SUMÁRIO

Introdução	
1) CLASSES SOCIAIS	
1.1 Antagonismo, Luta e Consciência de Classe.....	
1.2 Ideologia como forma de dominação	
1.3 Proposta Política como solução	
2) FEMINISMO	
2.1 Necessidade do Feminismo: diagnósticos e soluções	
2.2 Feminismo Liberal	
2.3 Feminismo Marxista	
3) ANALOGIA DA LUTA POR EMANCIPAÇÃO	
Conclusão	
Bibliografia	

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo traçar uma relação entre a teoria marxiana da luta e emancipação de classes e a desigualdade e emancipação que as mulheres buscam ao longo dos séculos. Para tanto, será realizado, num primeiro momento, uma leitura do *Manifesto do Partido Comunista* do sociólogo e filósofo Karl Marx e Friedrich Engels, entendendo que as motivações que culminam, tanto no *Manifesto* quanto em outras obras de Marx, podem ser mobilizadas como ferramentas para pensar a questão de desigualdade entre os gêneros.

Percorrendo o caminho do *Manifesto Comunista* pretende-se compreender a construção de ferramentas teóricas capazes de realizar uma leitura da realidade social e histórica, expondo de que maneira ele evidencia a dominação de uma classe por outra e como a sociedade se estrutura a fim de manter esta dominação, isto é, realizar o diagnóstico do modo de produção capitalista. O objetivo é compreender quais os pressupostos que sustentam a crítica a esta sociedade. Para tanto, será percorrido temas como a antagonismo de classe, ideologia e mobilização política para resolução do conflito, com isso pretendemos apresentar as linhas gerais dos objetivos do *Manifesto*.

Num momento seguinte explanaremos de que maneira o movimento feminista se inicia, buscando apresentar duas destas correntes, a saber, o feminismo liberal e o feminismo marxista. Pretende-se percorrer historicamente, mediante a análise destas duas correntes, a questão da desigualdade gênero e o que elas reivindicam com o intuito de demonstrar, por um lado o arcabouço teórico construído, por outro a mobilização política em busca de emancipação.

No último tópico, e cumprindo o objetivo desta pesquisa, buscando evidenciar a relação entre a luta de classe e a questão de gênero, será traçado os pressupostos compartilhados por ambos e que nos permitem tal comparação. Isto é, o que podemos extrair da teoria de classe de Marx, tanto na letra quanto no espírito, que estão presentes na luta pela igualdade de gênero.

1. CLASSES SOCIAIS

Será analisado neste subtópico, sob a luz do *Manifesto do Partido Comunista*, 1848, o que melhor se possa conceber dentro dele sobre o antagonismo de classes e, conseqüentemente, a luta entre essas classes para assim entendermos o que o sociólogo e filósofo Karl Marx compreendia quando afirmava que “a história de toda sociedade existente até hoje tem sido a história das lutas de classes”, logo de início da referida obra e que servirá de base para o desenvolvimento do presente trabalho.

O *Manifesto Comunista* se divide em quatro sessões: “I. Burgueses e Proletários”, “II. Proletários e Comunistas”, “III. Literatura Socialista e Comunista” e “IV. A Posição dos Comunistas em Relação aos Vários Partidos de Oposição”. Para fins temáticos o trabalho se deterá às duas primeiras sessões, uma vez que tanto uma quanto a outra apresentam ao debate as categorias burguesia, proletários e comunistas, assim como as inter-relações entre elas. Tão importante quanto saber qual a origem do antagonismo, é entender este no seu contexto histórico e toda a problemática que gira em torno da questão, pois assim, e assim se espera, poderá ser encontrada a força motriz que caracteriza a luta de classes citada. Para tal será necessário compreender qual método é utilizado por Marx na leitura da realidade social. Como já foi dito no parágrafo anterior, na abertura do primeiro capítulo do manuscrito, o objetivo será também encontrar o motivo do filósofo fazer do materialismo histórico o método para analisar a ordem social.

Comentadores, como Georg Lukács, constataam que Marx, nem mesmo em sua obra principal, estabelece uma definição exata sobre o que venha a ser a “burguesia” ou o “proletário”, nem mesmo diz “luta de classes significa...” No entanto, isso não será prejudicial para o desenvolvimento da presente pesquisa, pois ainda que tal obra não ofereça tais conceitos, pode-se absorver dela, mediante a clara narrativa do *Manuscrito* e do panorama geral que é posto para o leitor sobre o processo que gera as classes antagônicas, uma possível aproximação do significado de cada termo e, tão importante quanto, como o problema que os envolve – o antagonismo e a luta de classes -, é abordado, e, também, qual a solução mais viável apontada pelo autor para resolver este problema.

De fato, o que é posto para os leitores é um evidenciar da ordem social e dos sistemas de cada época demonstrando a maneira pela qual se dá a transformação de um sistema a outro, e ainda como isto ocorre através do conflito de duas classes que se opõem em dominante e dominado. Deste modo, busca-se também explicar de que forma esse processo pode provocar, na classe dominada, uma tomada de consciência de classe, momento em que o dominado consegue se desvencilhar da ideologia, se reconhecendo como pertencente a uma classe específica, relegado a uma condição de classe específica que o separa radicalmente da classe dominante. Esta disparidade e a maneira exploratória pela qual ela é mantida, caracteriza a luta de classes. Com efeito, será percorrido daqui por diante uma análise do *Manifesto do Partido Comunista*.

1.1 Antagonismo, Luta e Consciência de Classes.

Marx começa tratando, no capítulo *Burgueses e Proletários*, sobre as relações que se resumem em um antagonismo de classes afirmando que esta resulta continuamente em uma "guerra" incessante cujo fim se dá ou em uma "reconstituição revolucionária" ou em uma ruína das classes litigantes. A primeira, é a opção de Marx e o motivo pelo qual o *Manifesto* é escrito; a segunda, seria a forma pela qual o conflito acabaria em caos social. Sobre esta questão podemos nos perguntar: qual é o grau de importância que a burguesia possui para que isso ocorra? O que tem ela a ver com o antagonismo de classe que os sistemas anteriores a ela apresentavam?

O sistema feudal, de acordo com Marx, era também um sistema que se estruturava sob a base da subordinação de um dominado, servo, por um dominante, senhor, contudo o feudalismo foi suplantado por um "novo sistema". Deste sistema, considerado melhor e mais eficaz para a resolução do conflito e da contradição interna da sociedade, desenvolve-se uma ordem social que regeria a sociedade de forma mais eficiente, com menos discrepância nas relações em si, e principalmente nas relações econômicas e trabalhistas.

Ocorre que esse "novo sistema" constituído pela sociedade moderna burguesa não se organizou de modo a dirimir esse abismo entre as classes, pelo contrário, o sistema burguês contribuiu para que o antagonismo se fortalecesse mediante novas formas de opressão. Por este motivo, Marx afirma que esse antagonismo apenas se simplificou dentro desse sistema, separando radicalmente as classes em duas que cada

vez mais litigam entre si, sendo elas burguesia e o proletariado. Observa-se que ainda que o sistema que suplante o antigo se origine com o intuito de ser mais eficiente, isto não quer dizer que se caminhe para uma sociedade com maior bem-estar social. O materialismo histórico busca evidenciar essas transformações e nos auxilia a compreendê-las; começando pela origem da classe que chamamos de burguesia.

Os burgueses se originaram de diversos fatores como: a expansão marítima; as descobertas de novas terras; o comércio e a indústria e, conseqüentemente, um novo sistema de trocas de mercadorias. A instabilidade do sistema feudal, que não possuía suporte para reger essas novas relações sociais e comerciais, acabou por ruir diante das relações manufatureiras que tinham como característica uma divisão do trabalho em oficina e não mais em "guildas fechadas"; este foi um dos fatores essenciais que contribuíram para o impulso da burguesia em direção ao desenvolvimento. Entretanto, o avanço acelerado do sistema burguês substituiu a manufatura pelas vastas indústrias modernas, pois o primeiro já não possuía mais estrutura para atender a grande demanda da época. Quem ocupa agora o posto de classe média industrial são os "milionários industriais", ou seja, aqueles que detinham os modos de produção, analogamente aos senhores feudais que detinham posse da terra e de toda a tecnologia utilizada em seu cultivo. A **classe industrial** passa a ocupar nesse novo sistema o lugar que outrora os senhores feudais ocupavam.

Na medida em que o mercado mundial e a indústria se desenvolviam, a burguesia na mesma proporção aumentava o seu capital deixando para trás as classes que não conseguiam acompanhar o desenvolvimento moderno. Com efeito, o sistema burguês é fruto de uma contínua revolução do modo de produção e de troca cuja base se ergue originariamente da sociedade feudal. Seu papel revolucionário não parou apenas nestes setores, a ambição por mais conquistas era tamanha que a burguesia acaba por tomar a soberania política no Estado representativo moderno.

Deste apanhado histórico realizado com o intuito de evidenciar o vínculo essencial entre as relações sociais e o sistema produtivo de organização social, passamos agora a caracterização de como é sustentado o processo que divide as classes em duas e como elas se relacionam dentro destes sistemas; será investigado também qual é fundamento-base que oferece suporte a esta estrutura de dominação e qual é o ponto crucial para que forme na consciência da classe dominada uma consciência de

classes que resulta em uma organização política da classe dominada em direção a emancipação.

Como será demonstrado, o próprio modo de produção é responsável pela divisão das classes em duas e pela sua belicosa relação. As relações sociais, em Marx, são sempre determinadas pelo modo de produção; este modo de produção parte de uma infraestrutura – econômica – para a superestrutura - ideológica – e, no capitalismo, transforma as relações sociais em um mero produto e valor de troca, sendo uma classe inteira, os proletários, vista também como mercadoria, como a força bruta de trabalho a ser comprada. Isso se deve ao fato de, de um lado, temos os burgueses donos dos modos de produção, e de outro os proletários que por não terem em suas mãos os modos de produção são obrigados a dispor da única coisa que detém, sua força de trabalho. Assim se caracterizam as relações sociais que se produzem com o advento do sistema capitalista de produção.

Nesse sentido, o proletariado vende a sua força produtiva de trabalho gerando assim um capital - um capital excessivamente maior do que aquele que recebe -, mas essa quantidade não remunerada de trabalho - a chamada mais valia – advém do trabalho do proletário e é o que sustenta a burguesia. Com efeito, os salários são inversamente proporcionais, enquanto uma grandeza cresce – isto é, a burguesia aumentando seu capital e poder - a outra diminui – a condição de vida do proletariado se torna precária e miserável -, a medida que se explora a força produtiva do trabalhador.

Verifica-se com isso que a burguesia também se torna dependente desse modo de produção que ela mesma criou. Na letra do *Manifesto do Partido* a verificação do fato se dá, primeiramente, ao se afirmar que “a própria burguesia moderna é produto de um longo curso de desenvolvimento, de uma série de revoluções nos modos de produção e de troca” (MARX&ENGELS, 2003, p. 27) e, mais adiante, confirma-se ainda mais sua dependência quando se diz que ela “não pode existir sem revolucionar constantemente os meios de produção e, por conseguinte, as relações de produção e, com elas, todas as relações sociais” (MARX&ENGELS, 2003, p. 29)

Ora, se a burguesia domina os modos de produção e se utiliza da força de trabalho da classe dominada para gerar o capital que as mantém, esse processo encaminha as relações sociais para dois grandes passos: I – primeiro ele gera uma enorme tensão entre essas classes despertando cada vez mais a cólera da classe dominada; II – em seguida e conseqüentemente, essa tensão desperta a consciência de

classes heterogêneas estando o proletariado em uma posição subalterna dentro do sistema burguês que acaba em um conflito político entre as classes.

Assim, num primeiro momento, a tensão aumenta quando o proletário começa a perceber a condição de injustiça ao qual é impelido e no momento seguinte este luta por uma existência digna. Isso por que, para que sua condição melhore, o nível de exploração deve diminuir, diminuindo assim o lucro da burguesia. Marx, quando nos apresenta o processo de mecanização do trabalho nos esclarece:

Devido ao uso intensivo da máquina e à divisão do trabalho, o trabalho proletário perdeu seu caráter individual e, por conseguinte, todo o seu atrativo. O produtor tornou-se um apêndice da máquina, e só requer dele a operação mais simples, mais monótona e mais fácil de aprender. Desse modo, o custo da produção de um operário se reduz, quase completamente, aos meios de subsistência que ele necessita para viver e para perpetuar a raça. Mas o preço de uma mercadoria e, portanto, o do trabalho, equivale ao seu custo de produção. Logo, à medida que aumenta o caráter enfadonho do trabalho, o salário diminui. (MARX&ENGELS, 2003, p. 32)

Com efeito, a desvalorização do trabalhador somada a submissão dele à máquina contribui de maneira fulcral para o processo de estranhamento ao qual este é relegado. O trabalhador não vê seu próprio rosto no fruto de seu trabalho. Homem não se realiza na atividade produtiva do trabalho. Sua condição de pobreza e miséria revelam um sistema de produção produtor de desigualdades, o ponto que se levanta é, porque os trabalhadores não se erguem contra essa opressão? De que maneira uma sociedade fundada na *mais valia* e na exploração e reificação se mantém sem rebelião?

A resposta a esta pergunta perpassa a questão sobre a ideologia. Ela é um dos fatores determinantes para que se mantenha a dominação da burguesia sobre o proletariado. Ela contribui a esta dominação, pois atinge diversas áreas importantes que regulamentam e dão sentido as relações sociais como, por exemplo, a Filosofia e a Religião, o Direito.

No mais, devido à importância de se compreender a questão da ideologia e de como ela está ligada diretamente à tomada de consciência de classe, serão esses dois temas tratados nos próximos subtópicos que se seguem para discorrer mais sobre este assunto.

1.2 Ideologia

Apesar da análise deste trabalho centrar-se no *Manifesto Comunista*, no que concerne a questão da ideologia, se faz necessário consultar um apoio, tal como *O que é ideologia*, se quisermos entender este conceito central do pensamento de Marx.

A primeira coisa a fazer quando tratamos do conceito de *ideologia* é esclarecer de que modo este se encontra entendido em nosso trabalho, somente assim é possível evitar equívocos que um conceito ambíguo como este carrega. Chauí, em seu livro *O que é a ideologia*, de início busca realizar esta tarefa distinguindo *ideologia* de *ideário*. O *ideário* se limita a um conjunto sistemático e encadeado de idéias, enquanto *ideologia* é mais específico, pois apesar de ser um ideário histórico, social ou político, este se encontra a serviço de um encobrimento da realidade social que tem como objetivo a dominação política.

Na concepção marxiana, o conceito é usado para designar aqueles que invertem a relação entre ideias e o real. Na *Ideologia Alemã*, Marx usa o termo para atacar os principais nomes da esquerda hegeliana, pois, a seu ver, estes criticavam uma parte da filosofia idealista hegeliana, contudo não rompem radicalmente com ela. Os debates destes ideólogos, aos olhos de Marx, ainda estavam presos à disputa de ideias, tendo como premissa que ideias podem mudar a realidade. O materialismo histórico de Marx trouxe consigo um rompimento com essa premissa e, por isso, com os hegelianos de esquerda. Para Marx, ideias não mudam a realidade, são produzidas por ela. Não é num debate de ideias que transformamos a realidade social, mas sim agindo. Com essa transformação Marx realiza a crítica aos hegelianos de Esquerda e inaugura uma nova maneira de compreender e transformar a realidade.

O *Materialismo Histórico*, deste modo, visa evitar os erros de uma atitude ideológica que parte de ideias prontas e já concebidas para os fatos, que separa esses momentos, em Marx a produção das ideias é indissociável das condições históricas e sociais.

[...] cada um desses ideólogos tomou um aspecto da realidade humana, converteu esse aspecto numa ideia universal e passou a deduzir todo o real a partir desse aspecto idealizado. Com isso, os ideólogos alemães, além de fazerem o que todo ideólogo faz (isto é, deduzir o real das idéias), ainda imaginaram estar criticando Hegel e a realidade alemã simplesmente por terem escolhido novas idéias, que, como demonstrará Marx, não criticam coisa alguma, ignoram a filosofia hegeliana e, sobretudo, ignoram a realidade histórica alemã. (CHAUÍ, 2008, p.38)

Marx coloca a ciência da história num lugar privilegiado em seu sistema, o *materialismo histórico dialético* é sua ferramenta conceitual de interpretação da

realidade social e que visa estudar e compreender a história dos homens – que nada mais são que um movimento dialético que tem na contradição seu motor, contudo, diferente de Hegel, não é uma contradição do *Espírito absoluto*, mas sim de classes. De outra forma, não poderíamos reagir à *ideologia*, que consiste em uma concepção distorcida da história, concepção essa que mascara a realidade social e que com isso colabora pra perpetuação da exploração.

A história não é, portanto, o processo pelo qual o Espírito toma posse de si mesmo, não é história das realizações do Espírito. A história é história do modo real como os homens reais produzem suas condições reais de existência. É história do modo como se produzem a si mesmos (pelo consumo direto ou imediato dos bens naturais e pela procriação), como produzem e reproduzem suas relações com a natureza (pelo trabalho), do modo como produzem e reproduzem suas relações sociais (pela divisão social do trabalho e pela forma de propriedade, que constituem as formas das relações de produção). (CHAUI, 2008, p. 50)

Estudando a história Marx deseja desvelar a realidade social, partindo do parecer-social e alcançando o ser-social. Assim ele vai de encontro com a ideologia buscando combatê-la, pois o parecer da mercadoria quando trazido a luz revela o ser da exploração e da mais-valia, o parecer do trabalhador traz a luz um processo de coisificação e alienação. Deste modo, Marx põe a nu a sociedade capitalista, revelando seu modo de constituição.

A passagem do parecer-social ao ser-social realizada por Marx, visou revelar a concretude do sistema capitalista, contudo ainda nos resta estabelecer como funciona a ideologia, como ela se forma e qual sua consequência. Voltando aos hegelianos de esquerda, um em especial foi admirado por Marx, ainda que criticado, Feuerbach. Elencando a alienação religiosa como sua idéia central, Feuerbach, criticando a figura de Deus, percebeu que os seres humanos criam um poder que os domina e os governa sem perceber que este foi produzido por eles mesmos. Deus, nada mais seria que as potencialidades humanas aumentadas. Marx, se apropriando deste conceito de alienação, abstrai o conteúdo religioso e busca compreender o processo em si. Sobre o processo Chauí nos esclarece:

Alienação, reificação, fetichismo: é esse processo fantástico no qual as atividades humanas começam a realizar-se como se fossem autônomas ou independentes dos homens e passam a dirigir e comandar a vida dos homens, sem que estes possam controlá-las. São ameaçados e perseguidos por elas, Tornam-se objetos delas. (CHAUI, 2008, p. 60)

Discordando de Feuerbach sobre o conteúdo da alienação fundamental, Marx percebe a alienação econômica como central. A forma como esta atinge o trabalhador se

tornou um dos objetos mais importantes de estudo de Marx. A gênese da ideologia se encontraria na divisão social do trabalho na qual há uma cisão entre o trabalho matéria e o intelectual. Nesta há independência das idéias frente ao concreto e, posteriormente, veio a dar condição para que as idéias ganhassem primazia ao concreto. Iniciou-se assim o processo pelo qual aquele que produz ideias, que realiza o “nobre” trabalho intelectual e que pensa o mundo, uma vez descolado do processo de produção e reprodução material, acaba tomando as ideias como anteriores a práxis, invertendo assim o processo no qual, na verdade as ideias apenas são frutos de uma realidade social e histórica.

A forma inicial de consciência é, portanto, a alienação, pois os homens não se percebem como produtores da sociedade, transformadores da natureza e inventores da religião, mas julgam que há um *alienus*, um Outro (Deus, Natureza, Chefes) que definiu e decidiu suas vidas e a forma social em que vivem. Submetem-se ao poder que conferem a esse Outro e não se reconhecem como criadores dele. (CHAUÍ, 2008, p. 65)

Os intelectuais, ideólogos e teóricos, por estarem separada da atividade de reprodução material, tendo em vista a divisão social do trabalho, acabam por produzir um conjunto de idéias que estão separadas da realidade objetiva da reprodução da sociedade. Eis o motivo pelo qual tais idéias parecem se originar no pensamento destes homens e serem dotadas de capacidade de explicar a realidade social. Contudo, tais idéias guardam profunda contradição com as relações sociais existentes, e não poderia ser diferente, uma vez que aqueles que as produzem se encontram afastados dos processos materiais de produzem tais relações.

Como nos mostra Chauí, a história se constitui sobre um tripé formado por: Força de produção; relações sociais; e consciência. A ideologia é o processo pelo qual o homem não se percebe como protagonista dos processos sociais, deste modo ela coloca-se como obstáculo a este processo de conscientização, relegando o protagonismo da história a entidades como: Deus; natureza; Estado; sociedade. Assim, a práxis social como atividade dos homens

A história não é o desenvolvimento das idéias, mas o das forças produtivas. Não é a ação dos Estados e dos governantes, mas as lutas das classes. Não é história das mudanças dos regimes políticos, mas a das relações de produção que determinam as forças políticas da dominação. (CHAUÍ, 2008, p. 72)

Ao reafirmar a noção de histórica como luta de classes, não se deseja com isso hipostasiar um novo conceito, tal como Deus, Natureza e Estado, que, novamente, determinaria o indivíduo, apenas se deseja salientar a forma pela qual esses indivíduos são antagonicamente separados numa organização social específica.

Nessa dinâmica social a ideologia é uma ferramenta de dominação da luta de classes, seu maior perigo é o fato de não ser percebida como tal, como um poder de dominação. Sua existência se encontra intimamente ligada ao fenômeno da alienação, uma vez que este se origina também da divisão social do trabalho. Como a organização social não parece ser produzida pelos homens, mas sim por aquelas entidades “metafísicas”, está posta a inversão ideológica na qual as idéias explicam e mudam a realidade social. Ao mesmo tempo que a ideologia nasce para ocultar a dominação ela também seu subproduto.

Em outras palavras, a ideologia nasce para fazer com que os homens criem que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades (a Natureza, os deuses ou Deus, a Razão ou a Ciência, a Sociedade, o Estado), que existem em si e por si e às quais é legítimo e legal que se submetam. Ora, como a experiência vivida imediata e a alienação confirmam tais idéias, a ideologia simplesmente cristaliza em “verdades” a visão invertida do real. (CHAUÍ, 2008, p. 83)

Se a ideologia é um instrumento de dominação, o Estado seria igualmente um aparelho de coerção e repressão social. Isso se justifica pelo fato de o Direito se apresentar como um produto ideológico que apresenta como legítimo, justo e bom tudo aquilo que é de seu ponto de vista legal. Assim, ressalta Chauí, se substitui a realidade do Direito e do Estado pela ideia do Direito e do Estado. Sobre o ideário de um direito que visa proteger todos os indivíduos, e um Estado que trabalha em prol do interesse geral, se constitui um Estado e Direito que defende os interesses de uma classe dominante e por isso, a defesa daquele Direito e Estado tornasse uma ideologia, pois oculta o caráter político e econômico de classe sob o qual tais instrumentos foram constituídos. A classe que domina o plano material de reprodução da sociedade também domina o plano espiritual, por isso as idéias representam os modos de existência social tal como é vivido por esta classe. Com efeito, essas idéias ainda que não representem a realidade social, mas sim idéias que representam o modo de existência de uma classe, acabam por se cristalizarem-se em formas ideológicas, tal como o Direito, a Religião e a Filosofia, tornando-se idéias dominantes.

Sendo assim, sintetizaremos aqui as principais determinações que constituem o fenômeno da ideologia, tal como nos apresenta Chauí: A gênese da ideologia se encontra no processo de separação entre trabalho material e intelectual; Nesta separação se funda a aparente autonomia do segundo frente ao primeiro; Isso acaba sugerir a autonomia daqueles que produzem tais idéias, os intelectuais, teóricos e ideólogos; A autonomia destes acaba por sugerir a autonomia de seus produtos, isto é, das idéias

frente ao mundo material; Essas idéias, que nada mais são do que idéias da classe dominante de uma época acabam por exercer dominação sobre todos os homens; Isto mostra a forma pela qual a ideologia é um instrumento de dominação de uma classe sobre a outra, e que só existe pela própria divisão social de classes; Universalizando suas idéias a ideologia busca encobrir e ocultar a divisão social; Tais ideias têm de ser abstratas, pois do contrário não seria possível a universalização, uma vez que ficariam claras as idéias particulares de classe; A ideologia enquanto inversão e abstração de idéias é necessária à dominação social. (CHAUÍ, 2008, p. 95-98)

Entendido mais esta parte do diagnóstico de Marx passaremos então a sua proposta de solução. De que maneira Marx sugere que devemos reagir a estes fenômenos da exploração, da ideologia e da alienação? Como e no que devemos transformar a realidade social? Estas são as perguntas que pretendemos responder no subtópico seguinte.

1.3 Proposta política como solução

Marx, no intuito de alcançar uma sociedade mais humana e emancipada buscou desenvolver ferramentas teóricas que: primeiro, nos permitiriam compreender as transformações sociais que nos trouxeram até a sociedade capitalista; segundo, olhar criticamente para essa sociedade buscando despertar-nos para o fato que nós a produzimos, e se é assim, devemos lutar para produzir outra sociedade menos opressiva; terceiro, a crítica de Marx também possui uma via moral forte, na qual o ser humano não deve e não pode ser tratado como mercadoria, como objeto. Para tal, será necessário formar uma unidade política capaz de subverter a ordem vigente.

Durante todo o capítulo intitulado *Proletários e Comunistas* do *Manifesto do Partido*, Marx explana sobre os comunistas, fazendo um contraponto sobre como estes são julgados e o que eles propõe, isto é, qual o objetivo do comunismo. Para realizá-lo é demonstrado, inicialmente, que assim como os partidos operários visão atingir um determinado fim no que tange a classe burguesa, os comunistas visão o mesmo. Nesse sentido, passa a explorar o campo da propriedade privada explicando-a e demonstrando qual a concepção comunista desta. Discorrido sobre, desenvolve a relação entre o capital e o trabalho assalariado afirmando o caráter antagônico desta relação, dedicando-se sempre a expor o ponto de vista distorcido da burguesia em relação a definição do comunismo. A família, o casamento burguês e as mulheres burguesas também são incluídos em seu manuscrito. Ao final, propõe uma solução por meio de

uma revolução. Com efeito, será passado agora para uma análise mais minuciosa acerca do capítulo em questão.

Primeiramente, Marx demonstra a relação dos comunistas com os partidos operários afirmando que o primeiro não desenvolve princípios ou interesses que os diferem do proletariado e muito menos que àqueles pretendem propor um modelo do movimento proletário. Pelo contrário, os comunistas não baseiam tais interesses e princípios em estruturas rasas, eles se expressam por circunstâncias reais em razão da existência de uma luta de classes histórica que se desenvolve cada vez mais. Portanto, assim como os partidos proletários, os comunistas têm por finalidade “constituição dos proletários em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado” (MARX&ENGELS, 2003, p. 38). Com efeito, percebe-se neste momento que, para Marx, visar o fim da propriedade não é unicamente um desejo do partido comunista.

No que concerne a propriedade o autor afirma que esta vem se modificando no decorrer da história, exemplificando que na Revolução Francesa foi abolida a propriedade feudal pela substituição da propriedade burguesa. No entanto, diferentemente do que é acusado, o comunismo não almeja simplesmente o término da propriedade geral. Na verdade, o que ocorre é que àquela propriedade conquistada por mérito, como no caso do artesão ou do camponês, já foi “engolida” pelas grandes indústrias capitalistas. Por conseguinte, sendo a propriedade burguesa a “expressão final do sistema de produção e apropriação” (MARX&ENGELS, 2003, p. 39) busca-se a abolição desta, uma vez que ela se baseia no antagonismo e na exploração das classes operárias.

Em relação a este antagonismo que a propriedade burguesa se baseia, como pode ser compreendido os dois termos que o constitui, a saber, o capital e o trabalho assalariado? Marx indaga e afirma que o trabalho assalariado não cria propriedade para àquele que dispõe da força de trabalho, todavia, cria um tipo de propriedade que o explora, que se expandi à medida que aumenta a produção do trabalho assalariado e que, conseqüentemente, tem por fim a exploração deste assalariado. Com efeito, o capital pode ser entendido como “uma força social e não pessoal”:

Ser capitalista significa ocupar não somente uma posição pessoal na produção, mas também uma posição social. O capital é um produto coletivo e só pode ser posto em movimento pelos esforços combinados de muitos membros da sociedade ou, em última instância, pelos esforços combinados de todos os seus membros. (MARX&ENGELS, 2003, p. 39)

Com efeito, o capital quando convertido em propriedade comum a todos àquele compõe a sociedade tende a modificar o caráter social desta, dado que a questão antagônica de classe se dissolve. Portanto, não há mais que se falar em uma transformação da propriedade pessoal em social. O que Marx realiza aqui nada mais é que uma crítica do acúmulo ilegítimo do capital, esta só é possível após ele ter desenvolvido as ferramentas teóricas de análise das transformações das relações econômicas, políticas e sociais.

A respeito do trabalho assalariado, Marx explica que o salário mínimo que o operário adquire por meio de seu trabalho lhe garante apenas o seu sustento, isto é, o salário é apenas “a soma dos meios de subsistência necessários para que o operário viva como operário”. Neste ponto, o autor afirma novamente que o que se pretende suprimir “é o caráter miserável dessa apropriação que faz com que o operário viva unicamente para aumentar o capital” na medida em que a classe dominante imponha seus interesses, e não aquilo que foi adquirido por fruto da força de trabalho do assalariado (MARX&ENGELS, 2003, p. 40).

Na sociedade burguesa, o trabalho vivo é apenas um meio de aumentar o trabalho acumulado. Na sociedade comunista, o trabalho acumulado é apenas um meio de ampliar, de enriquecer, de promover a existência do trabalhador. Por conseguinte, na sociedade burguesa o passado domina o presente; na sociedade comunista, o presente domina o passado. Na sociedade burguesa o capital é independente e tem individualidade, enquanto a pessoa é dependente e não tem individualidade própria. (MARX&ENGELS, 2003, p. 40).

Desta forma, pode-se dizer que em uma sociedade burguesa a concepção de liberdade de comércio está relacionada à liberdade de compra e venda. O autor comenta que esta concepção que se tem por liberdade só faz sentido quando se refere ao comércio e burgueses da Idade Média, deste modo a modernidade deve trazer consigo uma revisão do que seria liberdade e individualidade. A extinção da propriedade, então, é proposta no sentido de o trabalho não poder mais ser convertido em dinheiro e monopolizado nas mãos de minorias que transformam este capital em propriedade individual, entendendo este tipo de propriedade como propriedade burguesa.

Marx segue essa análise apresentando a oposição entre sociedade burguesa e sociedade comunista. Em síntese, o comunismo não é a mera abolição da individualidade e liberdade do indivíduo em geral, mas sim a forma como estes são tomados na sociedade burguesa. O ataque é direcionado para a compreensão burguesa de liberdade e de individualidade, em seu caráter restrito, quando garante apenas

liberdade de estabelecer relações econômicas, e abstrato, quando não garante nada concretamente.

As objeções feitas contra o modo comunista de produção e de apropriação dos produtos materiais foram feitas da mesma maneira contra a produção e a apropriação das criações intelectuais. Assim como, para o burguês, o desaparecimento da propriedade de classe é o desaparecimento da produção propriamente dita, o desaparecimento da cultura de classe é o desaparecimento de toda a cultura. Essa cultura, cuja perda ele tanto lamenta, é, para a imensa maioria, apenas um adestramento que a transforma em máquinas. (MARX&ENGELS, 2003, p. 41)

É também abordado, nesta parte do manuscrito, sobre a família, o casamento burguês e as mulheres burguesas. O autor afirma a existência apenas da família burguesa, pois esta encontra sustentação no capital – no benefício individual – que, conseqüentemente, suprime a possível família que o proletário poderia constituir. Esta supressão se dá em decorrência de serem os proletários “coisificado”, em outras palavras, são transformados em instrumentos de trabalho e comércio. Com relação à mulher, há outro ponto de divergência: para os burgueses elas são reduzidas a meros instrumentos de produção; os comunistas, diferentemente, não excluem as mulheres, ao contrário, as reconhecem. Por fim, o casamento burguês pode ser entendido como uma farsa, uma manobra burguesa que busca manter o sistema de produção capitalista.

Para fins de conclusão, o autor discorre nas últimas folhas do manuscrito que este antagonismo de classes vem desaparecendo à medida que passa o tempo e, ainda, que a hegemonia dos proletários – entendendo esta hegemonia não no sentido que os burgueses utilizam – irá dissipar a exploração do homem pelo homem. Assim sendo, quando o proletariado ascender e derrubar a burguesia e seu sistema, o capital será centralizado nas mãos do primeiro e ocorrerá um aumento das forças produtivas. E, quando a sociedade já se encontrar com um nível de desenvolvimento avançado, àquelas chamadas distinções de classes e a produção estarão a cargo “da associação de toda a nação” e, conseqüentemente, o “poder público perderá seu caráter político”. (MARX&ENGELS, 2003, p. 46).

Sob esta ótica a consciência dos homens se alteram na mesma proporção em que as relações sociais se modificam e as idéias revolucionárias são constituídas ainda dentro daquele sistema da sociedade anterior. Neste sentido, novas condições de vida trazem novas idéias e para Marx “a revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações tradicionais; não é de se estranhar, portanto, que seu desenvolvimento acarrete

o rompimento mais radical com as idéias tradicionais” (MARX&ENGELS, 2003, p. 45).

Neste tópico vimos como a própria ideia do comunismo nasce da análise e crítica da sociedade empreendida por Marx. Depois de realizado o diagnóstico do que deveria ser transformado Marx produz, em oposição a figura do burguês, a imagem do comunista. Nessa caracterização ele expõe os motivos que deveriam levar a uma aproximação dos proletários para com estes, e busca também combater a ideologia burguesa e desfazer os mal entendidos acerca do termo comunista de o programa político empreendido por estes.

2. FEMINISMO

Analogamente ao tópico anterior, no qual buscamos expor de que forma o movimento teórico e prático do marxismo tentou, por um lado, desenvolver ferramentas teóricas para compreender a realidade social, e por outro, no uso dessas ferramentas, produzir uma força política com objetivos emancipatórios, tentaremos aqui mostrar como o feminismo se apresenta em sintonia com esses objetivos.

O gênero feminino, antes de tudo, como ser humano tem o direito de se afirmar como parte constituinte da comunidade. Sendo assim, sua participação nas diversas esferas da vida pública e privada, que nas últimas décadas vêm crescendo, devem continuar em expansão. Contudo, nem sempre foi assim, a participação para o gênero feminino não abrangia outros campos que não o da família.

Os elementos constituintes da sociedade civil são lares com chefes masculinos. O lugar da mulher é no lar, onde ela é subordinada ao melhor julgamento do homem. (...) As mulheres não participam das relações morais estabelecidas entre homens nas quais solidariedades naturais são substituídas por normas de justiça. Os homens são os porta-vozes adequados para a família (NYE, 1939, p. 19)

Paul Tillich em seu livro *A Coragem de Ser*, no capítulo “*Coragem e Participação (A Coragem de Ser como uma Parte)*”, mais especificamente na sessão “*Manifestações Coletivistas e Semicoletivistas da Coragem de Ser como uma Parte*” discorre sobre o homem ser livre para poder participar de tudo naquela secção do mundo que o coloca como pessoa. Entendendo este “homem” como ser humano em

geral, se formos analisar este trecho dentro da trajetória feminina na história, tal liberdade de escolha é restringida no que tange às mulheres.

Alguns comentadores entendem que grandes nomes do século XIX como Rousseau, Hume e outros, assumiam uma perspectiva muito tradicionalista do lugar das mulheres na sociedade e por mais que houvesse avanços na história as ambições femininas de conquistar seu espaço na sociedade civil, assim como poder ter decisão sobre seus atos era quase impensável, pois ela continuava sendo tratada como “irrevogavelmente dependente, e nada a pode livrar do controle dos homens.” (NYE, 1939, p. 21)

Essa forma de tratamento opressor que a mulher sofre e este papel de ser submisso que lhe era imposto podem ser relacionados com a questão de uma comunicação individualizada, ao qual era exercida por determinados grupos compostos apenas por pessoas do sexo masculino. Há pouco tempo atrás a mulher “não tinha voz”, e é possível dizer que essa concepção que a sociedade tinha/tem da natureza ou do papel da mulher advinha de uma proliferação da concepção do gênero masculino. Levando em consideração que Paul Tillich afirma que a comunicação deve ser comunal, jamais individual, extraí-se daí mais um ponto que favorece a importância de se rastrear na história os grupos e movimentos que se manifestavam a favor dos direitos das mulheres e a igualdade entre os gêneros.

Entretanto, mesmo sendo imposta uma forma de “participação” restrita da mulher na comunidade, houve e há, claro, os membros notáveis de cada época que se contrapunham a este pensamento e lutavam ao lado das mulheres. A título de exemplo e para mostrar que a luta pela igualdade de gênero também inclui manifestantes do gênero masculino, temos o Marquês de Condorcet, que defendia a igualdade de direito e apoiava que o sufrágio fosse estendido às mulheres num novo governo pós Revolução Francesa.

Mulheres como Madame de Staël também se manifestavam, de certo modo, contra o pensamento tradicionalista. Considerada uma mulher à frente de seu tempo, ratificou esse pensamento do papel social específico do gênero feminino. Pregava que a vida doméstica inspirava nas mulheres todas as virtudes, contudo, costumes e tradições decorrentes de um governo que favorecia o gênero masculino separavam a mulher do seu “destino natural” e acabava por às reduzir em um produto da ordem social.

E exemplifica: “uma mulher do povo, na Inglaterra, se espelha na rainha que cuida de seu marido e educa suas crianças como a religião e a moral determinam a todas as esposas e a todas as mães.” E conclui: "o verdadeiro caráter de uma mulher e o verdadeiro caráter de um homem somente podem ser conhecidos e admirados nos países livres" (COBRA, apud,STAËL)

Para Staël, a autoconsciência da mulher era fundamental, pois assim as mulheres se conheceriam mais e melhor e, a partir do momento em que elas se relacionassem com si mesmas e com outras, seriam então capazes de participar da vida em comunidade.

Fato é que Staël instigou outras mulheres à reflexão da situação do gênero feminino tanto na esfera pública como na privada, como no caso de Mary Wollstonecraft, que colaborou com a discussão da igualdade de gênero e debateu sobre a temática contra notáveis figuras da época como, por exemplo, Rousseau, que, como já dito nos parágrafos acima, tinha uma perspectiva conservadora dos direitos das mulheres. Também podemos citar Harriet Taylor que defendeu arduamente os direitos das mulheres. Com efeito, é exatamente dessa auto-relação que decorre uma auto-afirmação e que ligaria as mulheres aos grupos sociais constituintes da sociedade ao qual elas pertencem.

Contudo, apesar das grandes inspirações da época, o amparo nessa empreitada de ser reconhecido na sociedade um espaço para o gênero feminino se mostrava ainda um tanto tímido e quem se opunha às tradições sofria as consequências. Paul Tillich afirma, ainda naquele mesmo livro acima citado, que a coragem de ser inclui também a coragem de aceitação de culpa e suas respectivas consequências por aquele ato socialmente negado. Entretanto, esses atos socialmente negados vieram se tornando cada vez mais incabíveis para um possível bom convívio dentro da comunidade.

Com efeito, diante das reflexões aqui expostas, podemos questionar e afirmar que: poderia o movimento feminista ser visto como a união de indivíduos que tem coragem de se afirmar? Ao que parece, aos registros históricos e os imensos debates que ganharam força até os tempos atuais sobre a temática “igualdade de gênero” podemos responder afirmativamente tal indagação. Porém, é necessário reconhecer que, embora este avanço no pensamento da sociedade tenha de fato ocorrido, é preciso que haja ainda grandes modificações neste modo de pensar, ou melhor, é preciso que o que quer que seja imposto pela lei, ou o que seja colocado pelo bom senso, atinja, como nos ensina Paul Tillich, os membros da comunidade de maneira clara e comunal para que

finalmente alcancemos se não a tão sonhada igualdade, pelo menos uma drástica redução das desigualdades entre os gêneros.

Para tanto, os grupos sociais em prol da igualdade dos gêneros cresceram ao longo dos séculos, assim como as correntes feministas se fortaleceram, ganhando notoriedade ampliando seu espaço de discussão. As mulheres conquistaram e alargaram o espaço de sua participação na esfera pública e não mais se restringem apenas ao ambiente familiar. Com efeito, com intuito de expor tal emancipação feminina no decorrer histórico e o motivo pela qual se faz necessária tal exposição será analisado a partir de agora algumas correntes feministas que se destacaram e se destacam quanto a sua posição e modo de pensar “a opressão da mulher”, assim como, o diagnóstico por elas contestado e suas respectivas “soluções” para se alcançar a igualdade de gênero e assim uma sociedade emancipada.

2.1 Necessidade do feminismo: diagnósticos e soluções

A professora Daniela Auad discorre, em seu livro *Feminismo: que história é essa?*, sobre as seis ramificações feministas, elencadas pela autora Heleieth Saffioti, que percebem essa relação de desigualdade, a saber: I) o “conservantismo”, onde homens e mulheres são naturalmente desiguais, concepção esta que nos leva a concluir que a mulher permaneceria inferior e estaria submetida a aceitar este nível de desigualdade; II) o liberal, em que as mulheres “lutam pela ampliação dos espaços a serem ocupados por elas e pela melhoria de condição de vida” (AUAD, 2003, p.62); III) o feminismo marxista, que defende que as mulheres, automaticamente, estarão livres de opressão quando a opressão de classe chegar ao fim; IV) o feminismo radical, que entende ser a família biológica a causadora dessa desigualdade; V) feminismo socialista e VI) feminismo múltiplo.

Para a nossa explanação acerca do feminismo e suas correntes será adentrado em duas, dessas correntes feministas, qual seja: o feminismo Liberal, a saber, o precursor do movimento feminista, e o feminismo Marxista, contrapondo-se ao capitalismo; apresentando e caracterizando-as a fim de demonstrar seus diagnósticos, assim como, suas respectivas “soluções” referentes à igualdade de gênero ou, pelo menos, à redução dessa desigualdade.

2.2 Feminismo Liberal

Ao final do século XVIII a França foi palco de uma das maiores revoluções (burguesa) que tinha como bandeira a Liberdade, Igualdade e Fraternidade. A Revolução Francesa reivindicava os direitos dos homens, contudo não havia **algo** referente aos direitos das mulheres. Em decorrência disto, não só mulheres, mas alguns homens, se mobilizavam para que o gênero feminino fosse incluído nesta bandeira.

Neste sentido, o feminismo liberal surge no século XVIII e desenvolve-se durante o período do século XIX. Considerado o precursor dos movimentos feministas, tem como proposta a defesa da educação das mulheres, o sufrágio universal, bem como a igualdade nas relações matrimoniais especialmente no que se refere ao direito das mulheres de tomar decisões sob suas propriedades.

Figuras importantes como Mary Wollstonecraft, John Stuart Mill e o Marquês de Condorcet, lutavam a favor da emancipação das mulheres com intuito de que elas pudessem passar a entender o funcionamento da sociedade, podendo com isso atingir um nível de escolha autônoma na hora do voto. Entretanto, embora se tratasse de uma revolução, essa defesa de igualdade aos direitos políticos entre homens e mulheres não foi bem concebida por um lado e, conseqüentemente, houve perseguições e morte a quem defendia esses direitos. Como foi o caso de Condorcet, que lutando pelos direitos humanos, especialmente pelo sufrágio feminino, e que foi rejeitado e perseguido por Robespierre devido à oposição política, se tornando vítima da mesma revolução ao qual tanto defendeu.

(...) ¿no han violado todos el principio de igualdad de los derechos al privar tranquilamente a la mitad del género humano del derecho de concurrir a la Formación de las leyes, al excluir a las mujeres del derecho de ciudadanía? ¿Hay acaso prueba más contundente del poder del hábito, incluso en los hombres ilustrados, que la de ver cómo se invoca el principio de la igualdad de los derechos en favor de trescientos o cuatrocientos hombres a los que un prejuicio absurdo había discriminado y olvidar ese mismo principio con respecto a doce millones de mujeres? Para que esta exclusión no fuera un acto de tiranía, habría que probar que los derechos naturales de las mujeres no son en absoluto los mismos que los de los hombres, o mostrar que no son capaces de ejercerlos. Ahora bien, los derechos de los hombres se derivan únicamente de que son seres sensibles susceptibles de adquirir ideas morales y de razonar con esas ideas. De esta manera, puesto que las mujeres tienen estas mismas cualidades, tienen necesariamente iguales derechos. O bien ningún individuo de la especie humana tiene verdaderos derechos o todos tienen los mismos; y el que vota contra el derecho de otro, cualquiera sea su religión, color o sexo, ha adjurado de los suyos, a partir de ese momento. (CONDORCET, 1993, p. 100-101)

Outra importante figura nesse protesto feminista foi Mary Wollstonecraft que buscava a igualdade entre homens e mulheres pela Constituição Francesa.

If education was preeminent in forming individual subjects, it was equally powerful, Wollstonecraft eventually argued, to deform the subjective lives of women. Building on Catharine Macaulay's *Letters on Education*, Wollstonecraft came to see the history of female education as a virtual conspiracy of male educators and writers seeking to render women more weak and less rational than they would otherwise have become. For the amelioration of women's abject social condition, then, and for the rise of a revolutionary generation of rational, freethinking, independent women, educational reform was crucial. Moreover, women could argue from their traditional role as nurturers and early educators of children for a sounder and more rational education. (RICHARDSON, 2002, p. 25)

Sustentava o argumento de que as mulheres se encontravam tão rebaixadas, a ponto de não participarem da vida política, porque não foram educadas para participar da vida pública, diferentemente dos homens que eram considerados aptos de adequados para a responsabilidade civil por sua autonomia e racionalidade. Com efeito, as mulheres ocupavam um lugar inferior na sociedade ao qual o alcance de uma educação racional era praticamente impossível.

Em sua obra mais importante, *Reivindicação dos direitos das mulheres* (1792), Wollstonecraft, sob forte influência da Revolução Francesa, estende os ideais desta às mulheres. Andrea Nye, em seu livro *Teoria Feminista*, comenta mais a respeito das recomendações de Wollstonecraft:

[...] as mulheres devem ser educadas como os homens. Devem ler filosofia, lógica e matemática. Devem ser estimuladas à ginástica; qualquer fragilidade física que tenham deve ser superada e não agravada. Quando tiverem medo, não devem ser afagadas, mas chamadas de covardes. Desse modo, as mulheres se tornarão economicamente independentes e plenamente capazes de participação política. Se as mulheres na sua atual situação são criaturas degradadas, a razão disso não está na natureza da mulher, mas nas atitudes e práticas intimamente interligadas que, especialmente para as meninas, formam sentimentos, pensamento e caráter nas estreitas linhas traçadas por uma lascívia masculina nanica. Quando as mulheres forem tratadas de modo diferente, farão, por outro lado, esposas e cidadãs eficientes, fiéis e castas. (NYE, 1939, p. 26)

Mais tarde, John Stuart Mill continuava a discutir sobre esses direitos às mulheres e, juntamente com Harriet Taylor, fundamentava uma revolução feminista fundada em princípios de uma teoria democrática aos quais acreditavam que resultariam na igualdade entre homens e mulheres.

Com efeito, percebe-se que este momento de protestos feministas ocorreu anterior ao das lutas proletárias e suas lutas tinham como objetivo atingir a emancipação

da mulher por meio de sua inclusão na política a partir de sua educação. O feminismo liberal se apresenta como reivindicação emancipatória que visa corrigir as desigualdades, no caso de gênero, de sua época. Num momento de reivindicação dos direitos civis esta forma do feminismo se apresenta como protagonista de uma transformação que visa não só estabelecer um diagnóstico da sociedade e da questão de gênero, mas também reagir a tal diagnóstico e produzir uma sociedade mais igual e justa.

2.3 Feminismo Marxista

Os ideais propostos pelas feministas liberais do século XVIII foram, sem dúvida, determinantes para que a mulher passasse a buscar sua emancipação e igualdade perante a sociedade em geral. Contudo, tais proposições realizadas por mulheres, como Madame de Staël ou Harriet Taylor, que viviam em ambiente consideravelmente confortável e com acesso à educação, não era num todo eficiente quando se tratava das mulheres trabalhadoras do século XIX. Com efeito, essas mulheres operárias que constituíam uma parte da força de trabalho dentro de uma fábrica e a outra dentro de casa e, em decorrência disso, irremediavelmente destinadas à falta de instrução devido ao pouco tempo livre que lhe sobravam, tinham dificuldade de se reconhecerem dentro desse programa de libertação proposto pelas feministas liberais. No entender de Andrea Nye:

A mulher trabalhadora, ocupando um lugar muito diferente na sociedade, não era de se solidarizar. Eram mais propensas a ver o feminismo liberal com suspeição, ou mesmo desprezo por sua finura, seu fingimento, sua hipocrisia. Esses sentimentos por vezes eram recíprocos, à medida que os reformadores encaravam com certa condescendência a "imundície" e a "decadência moral" da vida dos operários. (NYE, 1939, p. 49)

Para que as mulheres trabalhadoras se enxergassem dentro desse contexto de luta e emancipação era preciso, como coloca Nye, de uma "organização de trabalhadores" (NYE, 1939, p. 53) não sendo a lei o "antídoto para a opressão" (NYE, 1939, p. 53), logo, quem comporia tal luta era seus companheiros de trabalho, uma vez que estavam estes em situação igual à dessas trabalhadoras. Nesse sentido, as operárias não tinham como pretensão, segundo Nye, extrair das estruturas socioeconômicas possíveis formas legais de defesa de seus interesses. Pelo contrário, entendiam que a sujeição da mulher tem fundamento no capitalismo, e apenas de maneira rasa é causada por uma legislação ou pela ausência delas, sendo necessário, portanto, eliminar àquelas estruturas.

Essa concepção de eliminação das estruturas socioeconômicas foi possível pela crítica realizada por Karl Marx contra o sistema capitalista ao qual evidenciava a condição de exploração de uma classe por outra. No marxismo há a análise das relações sociais em sua totalidade buscando transformar e superar os ideais burgueses. Propõe “um método de conhecimento da realidade de forma a desvelá-la em todas as suas determinações: sociais, econômicas, políticas e culturais” (CISNE apud SIMIONATO, 2005, p. 7). No entender de Mirla Cisne, essa teoria permite as feministas uma instrumentalização para desnaturalizar as opressões sofridas pelas mulheres.

Essa teoria, ao expor em bases materiais concretas a subordinação da mulher, permite engendrar ações da transformação desta situação, transformações em torno da busca pela igualdade substantiva, já que, além de expor em bases materiais, vai à essência dos “fenômenos”, apreendendo as grandes determinações e suas particularidades nas singularidades das condições de vida das mulheres. (CISNE, 2005, p. 7)

Esta modalidade de feminismo vê no marxismo a possibilidade de alcançar seus objetivos, sendo estes, acabar com toda forma de opressão, que não se limita ao acesso a educação e as esferas públicas, mas também com a divisão sexual do trabalho, a qual imputava as mulheres uma dupla exploração. Ora, pois, se deve pensar a exploração em sua totalidade para a compreensão dos motivos de trabalho feminino ser desvalorizado.

Segundo Mirla Cisne, é possível realizar tal compreensão colocando o patriarcado “como base estruturante da exploração e da apropriação das mulheres” (CISNE, 2014, p. 73). Este por sua vez, como coloca a autora, tem fundamento na propriedade privada, dado que esta última é a fonte originária da qual decorre a luta de classes. Percebe-se, com isso, que o patriarcado é fruto de um processo histórico: surge a propriedade privada e juntamente com ela a relação de um superior hierárquico, que decide e determina o que deve ser feito, para com o seu produto, podendo ser este produto tanto a mulher, quanto os escravos ou os bens relacionados à produção. A sociedade e a tecnologia evoluem a medida que o tempo avança e, ainda assim, nos é evidenciado a cada época que a forma de dominação/exploração mantém sua força, entretanto, na mesma medida, a luta por emancipação cresce.

Posterior à propriedade privada, as formações sociais tornam-se predominantemente patriarcais pautadas na superioridade masculina (...). Se não temos dados históricos com os quais possamos provar que é com a propriedade privada que ocorre a origem da subordinação da mulher, não temos dúvida de que, a partir dela, o patriarcado se torna uma grande determinação estrutural (CISNE, 2014, p. 74)

Segundo Cisne, compreende-se o patriarcado como um sistema de base econômica ao qual consiste em um “modo de produção doméstico”¹, de forma que as mulheres nada mais são que “objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e novas reprodutoras” (CISNE apud SAFFIOTI, 2014, p. 74). Entendido, pois, que a origem do patriarcado se encontra intimamente conectada à apropriação do corpo da mulher pelo homem, a questão que se coloca agora é como e qual a sua influência quando se afirma a existência de uma dupla exploração ao qual o trabalho imputava às mulheres? É desse “modo de produção doméstico” que pode se extrair a concepção de divisão sexual do trabalho. No entender de Mirla Cisne, para compreender essa divisão deve-se realizar uma investigação mais minuciosa a respeito do instituto da família, uma vez que a própria pode perpetuar tal divisão por meio da herança, da sexualidade compulsória, do destacado papel ideológico que esta apresenta etc.

A família nuclear ‘não deixa de ser profundamente autoritária devido às funções que lhe são atribuídas num sistema de controle metabólico dominado pelo capital que determina a orientação de indivíduos particulares por meio de seu sistema incontestável de valores’ [CISNE, apud, MESZÁROS]. Para conseguir manter esse “sistema incontestável” de valores, a família conta com a ideologia de que é o “lugar de aconchego e paz”. Na verdade, isso não passa de um mito ‘que mascara a prática da violência em suas diversas formas’ [CISNE, apud, PLATAFORMA FEMINISTA] (CISNE, 2014, p. 82)

A autora entende que esse elo família-patriarcado-ideologia é um “ pilar indispensável” (CISNE, apud, WATERS) para o Estado e, de igual importância, na reprodução do sistema capitalista, fortalecendo a base para a perpetuação de um conservadorismo e opressão do sexo feminino. Mauro Iasi, ao indagar qual o papel do homem nessa luta, nos afirma, inicialmente, seu papel opressor mediante os seus privilégios obtidos pelo seu poder e, ainda, o seu interesse para que tal ordem permaneça. Explicando e exemplificando que:

Estes privilégios e esta relação de poder se manifestam em coisas muito objetivas: a apropriação da força de trabalho na reprodução e manutenção da casa e da família (cozinhar, lavar, cuidar da roupa, fazer compras, cuidar das crianças, etc), a desigualdade dos métodos contraceptivos (a maioria penaliza a mulher, a pesquisa e a técnica são controladas por homens, a criminalização do aborto, etc) a decisão de ter ou não filhos (o corpo é da mulher, mas a decisão é do casal, da igreja, do parlamento, dos juízes, etc). (IASI, 1991, p. 4)

¹ O termo “modo de produção doméstico” é de criação da autora Delphy. Mirla Cisne faz menção ao termo para uma maior praticidade e, também, para esclarecer o que será tratado no item seguinte de seu livro.

A família patriarcal, para Cisne, contribui para que seja mantida a estrutura do “modo de produção doméstico”, incorporando e reproduzindo “um modo de circulação e de consumação de bens e serviços baseados na exploração das mulheres” (CISNE, 2014, p. 84). Entretanto, este não é o único que propicia a exploração e opressão que estas sofrem, a saber, esta situação também ocorre fora do âmbito doméstico. Basta recordar do que foi tratado, inicialmente neste tópico, ao expor sobre as mulheres operárias que não se viam representadas pelas feministas liberais. Elas exerciam não apenas um trabalho considerado de mão de obra barata (e, quase sempre, não remunerado) em casa, mas também nas fábricas em que trabalhavam. Nesse sentido, quando se põe em discussão e se afirma que o trabalho feminino é um trabalho desvalorizado percorre-se um caminho para o qual é levado a uma possível explicação: tal desvalorização decorre da exploração do sistema capitalista sobre as mulheres.

Conclui-se com isso que assim como no modo de produção capitalista analisado por Marx, a compreensão da realidade social através do materialismo histórico revela uma divisão entre infraestrutura e superestrutura: A primeira gera como subproduto formas de ideologia que compõe a segunda, isto é, as relações sociais de exploração e dominação geram um conjunto de idéias e uma compreensão de mundo que acabam encobrendo a desigualdade entre proletários e burgueses. Analogamente a estrutura familiar baseadas em relação de dominação e exploração produz uma ideologia patriarcal ao qual submete as mulheres a uma exploração doméstica, o que sugere a existência de dois modos de produção.

No entanto, embora Cisne traga para seu livro esse termo “modo de produção doméstico” utilizado por Delphy, aquela, diferentemente do que interpreta Delphy sob a o modo de produção, defende a existência de apenas um modo de produção. Mirla Cisne cita Delphy, expondo que a autora defende a existência de dois modos de produção, a saber, o modo industrial e o modo familiar. Do qual o primeiro dá espaço para a exploração capitalista, já o segundo para a exploração patriarcal. Opinião esta que Cisne discorda concebendo apenas um único modo de produção baseado no sistema capitalista, sendo assim o modo de produção doméstico é um subproduto do modo de produção capitalista. (CISNE, 2014, p. 86)

Esse modo de produção [modo de produção doméstico] se realiza por meio da exploração patriarcal sobre o “trabalho desvalorizado” das mulheres, realizado não apenas nos limites da casa, mas, também, fora dela, como vimos anteriormente. Em outras palavras, as esferas produtivas e

reprodutivas são indissociáveis, consubstanciais. Sendo esse modo de produção estruturado pelas relações de classe, “raça” e sexo (incluindo sexualidade), podemos denominá-lo de modo de produção racista-patriarcal-capitalista. Temos, portanto, um único sistema, um único modo de produção, mas, conformados por essas relações – mediações e contradições – que são dialeticamente “consubstanciais” e “coextensivas. (CISNE, 2014, p. 86)

Sendo assim, fica contemplada uma dimensão que o feminismo liberal ainda não havia tocado, a saber, a da diferença de riqueza e poder que atinge as mulheres. O debate por emancipação, que no momento anterior defendia a expansão dos direitos civis, amplia seu campo de batalha. A reflexão iniciada por Marx, na qual a emancipação e libertação não dependiam de garantia de direitos formais, mas sim que estes realizassem concretamente a liberdade, iniciou, no movimento feminista, uma nova era. A luta por libertação passa então deste âmbito do direito para o de libertação social e política, alargando assim a luta por emancipação.

3. ANALOGIA DA LUTA POR EMANCIPAÇÃO

O intuito deste item será o de relacionar o item primeiro, Classes Sociais, com o item segundo, Feminismo. Perpassaremos ponto a ponto mostrando a possível relação que estes itens podem conter, uma vez que ambos podem ser resumidos em lutas por emancipação.

Num primeiro momento mostraremos o papel do desenvolvimento de ferramentas teóricas para compreender a realidade social, que tanto num caso como no outro, são vitais ao diagnóstico por eles produzido. A partir deste diagnóstico se pode avançar para a crítica realizada ao *status quo*, suas premissas e motivações. A diante perpassaremos o receituário de mudança social e de organização política necessária para promover tal mudança. Por fim, será apresentado o que se deseja com tal transformação e que tipo de sociedade deverá ser produzida.

Como vimos no capítulo primeiro, Marx se utiliza de um método intitulado materialismo histórico dialético, o qual o permitiu compreender as transformações ocorridas na realidade social no decorrer da história até chegar no que se conhece como capitalismo. Seu objetivo com isso foi desvelar as formas de funcionamento deste modo de produção evidenciando suas contradições internas, uma vez que este tem como motor a luta de classes, isto é, a oposição e o antagonismo incessante de uma classe dominada

e uma dominante. Tal ferramenta teórica serviu de base tanto para sua filosofia da história, que buscou explicar a história e desenvolvimento da humanidade, quanto para seu diagnóstico, que visou a necessidade de uma transformação radical dessa sociedade, tendo em vista o caráter objetificador exercido por ela sobre os indivíduos.

Analogamente, no movimento feminista tem-se um desenvolvimento teórico similar. Buscou-se, no decorrer da construção do movimento, compreender a origem da desigualdade e opressão de gênero, para isso foi necessário a construção de um arcabouço teórico que desse conta de evidenciar tal contradição desvelando as formas de funcionamento de tal opressão. Inicialmente, como vimos no capítulo segundo, o feminismo liberal apresentou um diagnóstico que elencava os motivos pelos quais as mulheres eram vistas e, conseqüentemente, tratadas como seres inferiores. Entre eles estão os fatos de faltar a ela o acesso a educação e aos direitos civis mais básicos. Com efeito, a luta por igualdade girou em torno da conquista por tais direitos, pois uma vez que estes fossem conquistados a mulher alcançaria sua autonomia e estaria em pé de igualdade com os homens.

Com o avançar da história e as transformações da sociedade industrial o feminismo teve de se adequar as novas demandas. Entre elas a figura da mulher operária, duplamente explorada, que não se via representada por um feminismo liberal, uma vez que este era visto como burguês. Esta corrente feminista não dialogava com as condições de vida dessas mulheres e nem apresentava uma possibilidade de superar os desafios que se tornavam cada vez mais evidentes. A luta por direitos civis e por educação, apesar de nobre, por si só não produziria mudança real na exploração dessas mulheres operárias, seja no trabalho ou no lar. O feminismo, então, reagindo à necessidade de responder as questões de exploração e opressão da época, se aproximou e absorveu muito das ferramentas teóricas e da crítica marxista à sociedade capitalista, dando origem a uma nova corrente intitulada feminismo marxista.

Desse modo, percebe-se que da mesma forma com que Marx, através de suas ferramentas teóricas, realizou um diagnóstico capaz de evidenciar a exploração e alienação, não só rastreando os motivos destas, mas com o intuito de criticá-las e propor uma solução, o feminismo, enquanto arcabouço teórico, se pretendeu o mesmo, isto é, diagnosticar e evidenciar a dominação e opressão rastreando seus motivos e desenvolvendo uma maneira de se rebelar contra o *status quo*. A correlação entre ferramentas teóricas e o diagnóstico de ambas as correntes, marxista e feminista, está

então demonstrada, tendo em vista que, mesmo a faceta liberal do feminismo, possuía em si uma disposição emancipatória totalmente adequada a seu tempo, isto é, ao programa da Revolução Francesa. No mesmo sentido, no que concerne ao feminismo marxista, a crítica à propriedade privada, a família burguesa e o antagonismo entre as classes são elementos centrais para o diagnóstico da opressão e dominação sobre as mulheres.

No que concerne a crítica de Marx, nos parece claro que sua premissa básica é que o homem não deve ser tratado como objeto, prova disso é sua contundente crítica à reificação e alienação, a bestialização do trabalhador. Sua estratégia então foi: primeiro, evidenciar o processo pelo qual a reificação e alienação ganham legitimidade, a saber, realizar a crítica à ideologia, seu objetivo com isso era trazer a tona a condição real do trabalhador; segundo, após retirado este véu da ilusão, o objetivo almejado era produzir uma consciência de classe capaz de iniciar um movimento político que seria o protagonista de uma transformação radical realidade social, isto é, uma sociedade igualitária.

Com relação ao feminismo, o raciocínio se segue no mesmo sentido quando este defende que as mulheres não devem ser vistas apenas como objetos reprodutores, do ponto de vista da família, e produtores como mão de obra barata, do ponto de vista do trabalho. Este motivo fez com que, também o feminismo, tivesse de lutar contra um processo ideológico intitulado patriarcado, neste está presente a ideia da mulher como um ser inferior restrito ao ambiente doméstico e à submissão. Tal como Marx, o combate teórico do patriarcado surge como um programa de conscientização da desigualdade de gênero, tendo como objetivo uma mobilização política capaz de reagir à opressão e dominação com intuito de se alcançar uma igualdade entre os gêneros.

Com efeito, assim como Karl Marx, através de um determinado método, utiliza suas ferramentas teóricas para diagnosticar, criticar e propor uma solução para a resolução das contradições da sociedade, o feminismo se movimenta no mesmo sentido quando formula ferramentas teóricas capazes de compreender as origens, motivações da opressão e dominação de um gênero sobre o outro. O objetivo deste se aproxima ao de Marx quando almejam atingir uma sociedade menos desigual, aos quais os sujeitos que a compõe não sofrem uma opressão sistêmica, seja por sua posição social ou seu gênero tendo como fim último, então, uma sociedade emancipada e igualitária.

Conclusão

A idealização deste projeto teve por motivação inicial a necessidade de compreender puramente a justificativa da opressão do gênero feminino tendo em vista que tal esta presente em vários círculos sociais mais próximos, assim como em tantos outros. Contudo, através de análises rasas não era possível compreender a questão, e a necessidade de uma análise teórica mais aprofundada no tema se tornou indispensável.

Aprofundar nesta questão foi essencial para obter uma visão mais ampla sobre o assunto e, embora a cada momento surgisse novas dúvidas, boa parte delas foram pertinentes para se construir uma concepção acerca da temática e das implicações que a envolvem.

Ao longo de cada leitura e após realizada a conclusão de cada item, apreendeu-se a profundidade da discussão, propostas e objetivos das inúmeras correntes feministas. Conclui-se daí que cada corrente deseja alcançar o que lhe era possível da época. O feminismo liberal buscou fazer com que os direitos civis e a educação fossem universalizados. Posteriormente, o feminismo marxista propunha uma modificação do sistema econômico, uma vez que este era a origem da desigualdade de gênero. Embora tenha sido abordado neste trabalho apenas duas correntes feministas, outras formas de feminismo surgem trazendo um novo nível de reflexão, colocando em xeque a redução do feminismo marxista da desigualdade de gênero à desigualdade de classe. Como é o caso do feminismo radical que realiza uma crítica à visão marxista ao defender que a questão da desigualdade de gênero vai além do combate ao modo de produção capitalista, da mesma forma, pode-se dizer, que a crítica atinge a corrente liberal, uma vez que vai além a discussão da luta por direitos e educação.

No que tange a esfera da dúvida e interesse que deu origem ao presente trabalho, pode-se dizer que muitas das indagações iniciais obtiveram respostas. A título de exemplo, percebe-se que as questões políticas estão quase a maior parte do tempo envolvidas dentro do sistema de desigualdade, neste caso, de gênero. Outra questão ser mencionada é sobre a esfera econômica, ao qual se tornou mais evidente que esta agrava a situação das mulheres, não importando a posição social que esta ocupa. A dúvida que permanece gira em torno da insistente opressão presente em nossa sociedade que ainda que tenha avançada e mesmo tendo sido palco da emancipação feminina existem

indivíduos, e aqui se inclui tanto homem quanto mulheres, que continuam a reproduzir esse sistema de desigualdade entre os gêneros.

Com efeito, isto deixa claro que o debate sobre feminismo continuará avançando e acompanhando as mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas. O que fica deste trabalho, mais que qualquer definição ou posicionamento definitivo, é a noção de que as questões aqui tratadas são complexas e ricas em abordagens e respostas, o que nos impulsiona a ampliar nossa pesquisa.

Bibliografia

AUAD, Daniela. **Feminismo: que história é essa?**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **MARXISMO: uma teoria indispensável à luta feminista**. In: 4º Colóquio Marx e Engels, 2005, Campinas- SP. 4º Colóquio Marx e Engels, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2º Ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CONDORCET, Marquês de. **Feminismo y progreso de la humanidad en Condorcet**. In: La ilustración olvidada: La polémica de los sexos em el siglo XVIII. Compilación, introducción y traducción de Julio Seoane Pinella. Anthropos: Comunidad de Madrid, 1993.

IASI, Mauro Luis. **Olhar o mundo com os de mulher (À respeito dos homens e a luta feminista)**. Amsterdã, 21 de maio de 1991. Acesso em: < http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/mauro-iasi_feminismo.pdf >

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Instituto José Luís e Rosa Sudermann., 2003. Acesso em:

< http://www.pstu.org.br/sites/default/files/biblioteca/marx_engels_manifesto.pdf >

NEY, Andrea. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1995.

RICHARDSON, Alan. **Mary Wollstonecraft on education**. In: The Cambridge Companion to Mary Wollstonecraft. Edited by Claudia L. Johnson. 2002.

TILLITH, Paul. **A coragem de ser**. Tradução de Eglê Malheiros. 3º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

